



Comemoração dos 50 anos dos Grupos de Estudo, associações pró-sindicais que constituíram os embriões dos Sindicatos, criados após o 25 de Abril

Maria Manuel Calvet Ricardo

Boa tarde colegas

Começo por saudar a 3ª conferência de docentes aposentados da FENPROF e por agradecer o convite para participar convosco as memórias do movimento para sindical dos professores provisórios entre 1969 e 1974.

Coloca-se desde já uma pergunta:

Como foi possível a 29 e 30 de abril de 1974, no Porto, a 30 em Coimbra e a 2 de maio em Lisboa serem criados sindicatos livres e democráticos com estruturas nacionais e com delegados nas escolas?

Pois tudo começou no ano letivo de 1969/1970 quando 4 professores da Escola Comercial Ferreira Borges, em Lisboa, Ana Maria Malheiro do Vale, Elsa Oliveira, Ferreira Alves e eu, consideraram injusta a situação de precariedade dos professores provisórios, o facto de não receberem nas férias e de lhes ser proibido o direito de associação.

Vivia-se na altura a chamada primavera marcelista, que para muitos era a esperança de mudança, a qual não se veio a realizar, e que poderia permitir um movimento que pretendia pedir uma audiência ao ministro Veiga Simão para apresentar as reivindicações.

Mas estávamos em 1969. Os meios de comunicação eram o telefone fixo, a carta com selo e colocada no marco de correio, a rádio e os jornais como o *Diário de Lisboa*, *A Capital*, o *Diário Popular*, o *Notícias da Covilhã*, o *Comércio do Porto*, o *Jornal de Notícias*, o *Notícias da Amadora* e o *Avante*, na altura órgão clandestino do Partido Comunista Português.

Não dispúnhamos de fundos e fomos pedir apoio ao diretor da Escola Preparatória Francisco de Arruda, Calvet de Magalhães. Cedeu o acesso aos telefones, aos envelopes, aos selos, ao

stencil, ao papel e às instalações para as reuniões à noite de preparação da primeira reunião de professores provisórios que se realizou na Escola Francisco de Arruda a 27 de maio de 1970.



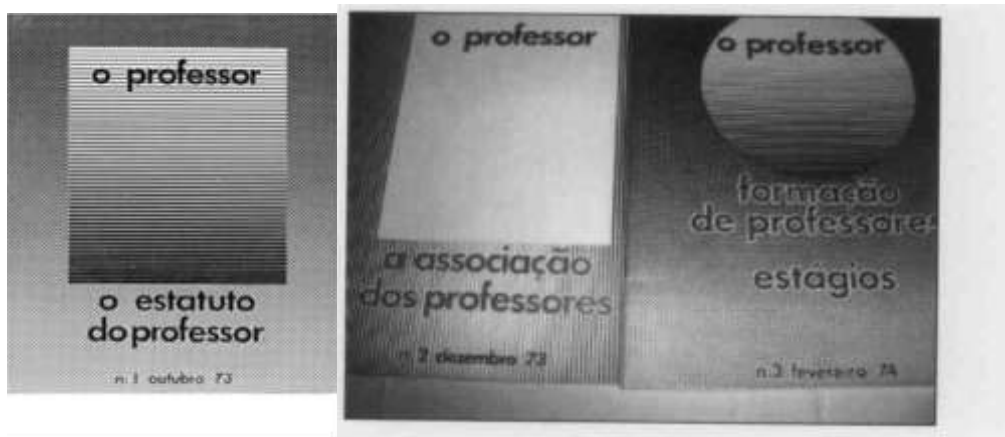
Nesta reunião foi criado o Grupo de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios de Lisboa (GEPEeP). Aí mesmo, foi criada uma comissão executiva que tinha como missão entregar um abaixo-assinado ao ministro e foi feito um apelo para a constituição de delegados nas escolas. Recolheram-se 480 assinaturas entre os presentes. O ministro só viria a receber a 4 de fevereiro de 1971. A 5 de fevereiro decide-se alargar o movimento dos Grupos de Estudo a nível nacional e criam-se os Grupos de Estudo do Norte e do Centro.



Estava, então, em curso o Projeto de Reforma do Sistema Educativo, o qual foi apresentada por Marcello Caetano, num discurso proferido na rádio, em 17 de janeiro de 1970 e que tinha sido colocado em discussão pública. Na entrevista com o ministro este afirmou que os professores “podem e devem”, cito, discutir o projeto. A notícia foi de imediato divulgada em comunicado pelos Grupos de Estudo e pelo país multiplicaram-se as reuniões.

Entre 1971 e 1974 entram para o movimento professores dos ensinos preparatório, liceal e técnico e os Grupos de Estudo passam a designar-se, Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES).

Reforçou-se a organização com a criação, a 2 de dezembro de 1973, da génese do que é hoje a FENPROF, publicaram-se 3 *Cadernos O Professor*, os quais, devido à nova Lei da Imprensa, passaram a revista *O Professor*, sendo publicados 3 números temáticos, Estatuto do Professor, A associação de professores e Formação de professores.



Realizaram-se colóquios, publicaram-se anúncios pagos nos jornais pedindo emprego nos meses de verão,



criaram-se grupos de trabalho para análise de questões como, nomeações, reconduções, classificações, contratos de provimento, vencimentos, carreira docente, estágios, participação na vida escolar, assistência e direito de associação, publicaram-se livros, *A política de mão de obra barata do Ministério da Educação* de Agostinho Lopes, *Os livros escolares* de António Costa Carvalho, *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário – 1891/1932*, de Gomes Bento e *Professores que vencimentos?*, de António Teodoro.

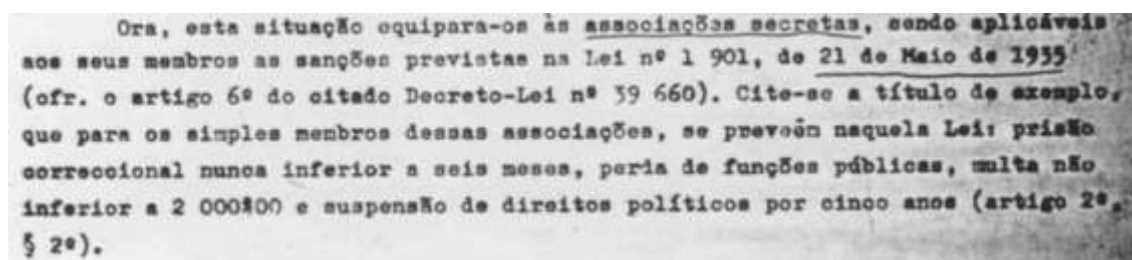
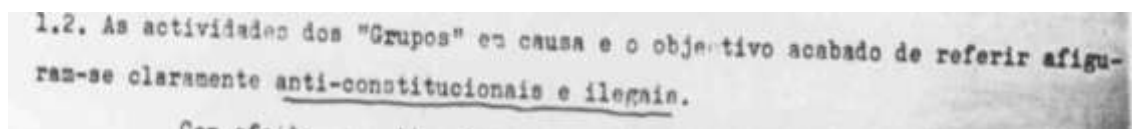
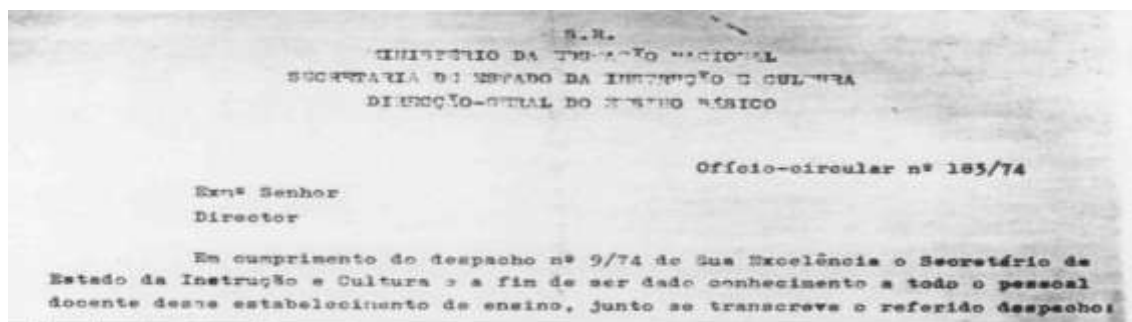
Outra pergunta surge: Como é que a PIDE nada fez?

Bem a experiência vivida por muitos de nós nas greves académicas de 1962 e 1965 em Lisboa e 1969 em Coimbra tinham-nos ensinado alguma coisa.

Entre 1970 e 1973 as reuniões eram à noite na Francisco de Arruda ou em cafés, sempre diferentes e em cidades diferentes, os comunicados eram assinados por colegas desconhecidos, as cartas eram colocadas em pequeno número em diferentes marcos do correio pelas cidades, os telefonemas eram feitos sempre da escola e as reuniões plenárias eram sempre precedidas de conferência de temática pedagógica.

Mas em 1973 começámos a perceber que nem tudo estava a correr bem. Algumas reuniões nas escolas começaram a ser proibidas pelos diretores que pediam autorização à Direção Geral. Os entraves à legalização da revista *O Professor* foram enormes.

Em fevereiro de 1974 o Despacho n.º 9 coloca em risco todo o trabalho dos Grupos de Estudo por serem um movimento anticonstitucional e ilegal e equiparados a associação secreta. Seguiram-se ofícios das direções gerais para que os diretores denunciasses os membros dos Grupos de Estudo e da redação de *O Professor* para procedimento legal.



A repressão fez-se sentir e todos sabíamos que a prisão estava para breve não fora o 25 de Abril ser a 25 de abril.

Colegas, este trabalho assenta no estudo do espólio dos Grupos de Estudo, hoje à guarda do Centro de Documentação da FENPROF, e foi publicado em edição conjunta pela Universidade Lusófona e a FENPROF.



1.ª reunião dos GEPDES em liberdade 28 de abril de 1974

Conquistámos muitas das nossas reivindicações com o 25 de Abril mas a mais preciosa foi o direito de associação. Há que reforçar a luta sindical livre e democrática. Viva a FENPROF.